



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

Código de Autenticação 0F96.6076.A8FD.0C17

Certidão gerada em 26/1/2018 14:27:55

PROTOCOLO SIARCO 18/986384-6

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA SUPRISERVI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
NIRE 26.2.0131970-7
ATO 002 - ALTERAÇÃO
EVENTO(S) 027 - ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF

ASSINADO POR

Assinatura válida

Digitally signed by ANDRE AYRES BEZERRA DA
COSTA:36679631497
Date: 2018.01.26 13:28:31-00
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMÉRCIO
Location: RECIFE-PE

ARQUIVADO EM 26/1/2018 14:27:55

AUTENTICIDADE 0F96.6076.A8FD.0C17

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0F966076A8FD0C17>

Recife, 26 de janeiro de 2018

André Ayres Bezerra da Costa
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 022.396.254-65 - Juliana Ângelo de Lima
Data - 29/01/2018 01:26:42
Código de Autenticação 0F96.6076.A8FD.0C17
Junta Comercial do Pernambuco
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0F966076A8FD0C17>
Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.2.0131970-7
Nº PROTOCOLO 18/986384-6 PROTOCOLADO 26/1/2018 12:34:50
Nº ARQUIVAMENTO 20189863846 ARQUIVADO 26/1/2018 14:27:55
EMPRESA SUPRISERVI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS



32º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL "SUPRISERVI COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA".

JOSÉ ALVES MUNIZ JÚNIOR

Brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em 19/06/1968, empresário, Registro Geral nº. 638.963-SSP/AL, CPF nº. 349.227.334-34, residente e domiciliado à Rua General Abreu e Lima, 233 - Apto.402 - Rosarinho - Cep 52041-040 - Recife/PE.

CARLA FERNANDA DE ALMEIDA MONTEIRO MUNIZ

Brasileira, casada no regime da comunhão parcial de bens, nascida em 28/03/1970, empresária, Registro Geral nº 6.394.352 SDS/PE, CPF nº 724.940.694-91, residente e domiciliada à Rua General Abreu e Lima, 233 - Apto.402 - Rosarinho - Cep 52041-040 - Recife/PE.

LUCINDA MUNIZ

Brasileira, solteira, nascida em 28/10/1953, empresária, Registro Geral nº 1.623.530 SSP/PE, CPF nº 271.069.344-53, residente e domiciliada no Parque Residencial Jatiúca, Quadra F, Bloco C 04, Apto. 01 - Cep 57037-190 - Maceió/AL.

Os sócios da sociedade limitada de nome empresarial **SUPRISERVI COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, com sede em na Rua Gen. Góes Monteiro nº 308, Imbiribeira, Recife-PE, CEP 51.170-560, inscrita no CNPJ sob o nº **12.707.105/0001-64**, constituída legalmente com o contrato social devidamente registrado e arquivado na junta comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE) sob o nº **26.2.0131970-7** em 12 de agosto de 1987, resolvem: alterar, adequar e consolidar o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas destacadas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA: A filial **MACEIÓ**, que vinha exercendo suas atividades no endereço sito Rua Dep. Jose Lages nº 972 - Térreo - Ed. Barão de Mauá, sala 07 - Ponta Verde, Maceió/AL - CEP 57035-330, inscrita no CNPJ sob o nº **12.707.105/0003-26** e na inscrição estadual sob o nº **24.072.844-0**, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob o NIRE nº **27.9.0008801-2**, passa a fazer-lo no seguinte endereço, sito à: Rua José Soares Sobrinho, nº 119, sala 903, Empresarial Le Monde, Jatiúca, Maceió/AL, CEP 57036-640.

EM VIRTUDE DA ALTERAÇÃO ACIMA, CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.406/2002, QUE DORAVANTE PASSARÁ A VIGORAR MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade gira sob o nome empresarial **SUPRISERVI COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA SEDE, NOME DE FANTASIA E FILIAIS.

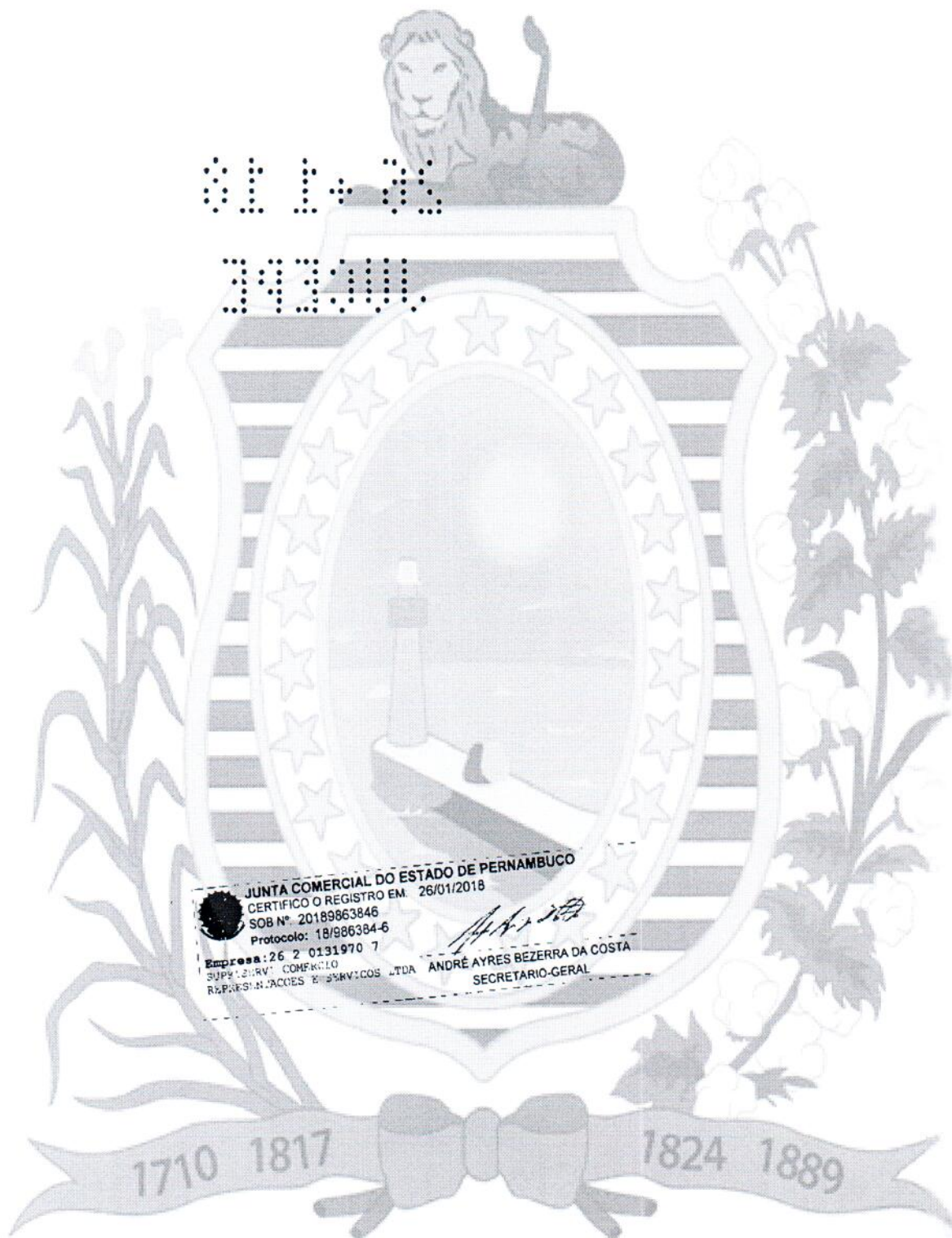
A sociedade tem sede em Recife/ PE, à Rua General Góes Monteiro, nº 308, Imbiribeira - CEP 51.170-560, e está inscrita no CNPJ sob o nº **12.707.105/0001-64**, com a inscrição estadual **0201069-04**, tendo sido constituída legalmente com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE sob o nº **26.2.0131970-7**.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A sociedade possui o nome fantasia **NEWSUPRI**.

PARAGRAFO SEGUNDO- A sociedade possui as seguintes filiais:

Assinatura
Assinatura
 M.ª Elenilda Simão
 Inspetora de Processos - Port. 004/2010
 Unidade de Análise de Processos
 2010-04





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/01/2018
 SOB Nº: 20189863846
 Protocolo: 18/986384-6
 Empresa: 26 2 0131970 7
 SUPRISERVI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
 ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
 SECRETARIO-GERAL



Documento disponibilizado a 022.396.254-65 - Juliana Ângelo de Lima
 Data - 26/1/2018 14:27:55
 Código de Autenticação 0F96.6076.A8FD.0C17
 Junta Comercial de Pernambuco
 Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0F966076A8FD0C17>
 Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/09/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL
 NIRE 26.2.0131970-7
 Nº PROTOCOLO 18/986384-6 PROTOCOLADO 26/1/2018 12:34:50
 Nº ARQUIVAMENTO 20189863846 ARQUIVADO 26/1/2018 14:27:55
 EMPRESA SUPRISERVI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS



FILIAL ARACAJÚ, situada à Av. Dep. Silvio Teixeira, 1300 Empresarial Carlos Cunha, salas 113 e 144 – Grageru, Aracaju/ SE – CEP 49025-100, inscrita no CNPJ sob o nº 12.707.105/0002-45 e inscrição estadual sob o nº 27.084.831-2, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Sergipe sob o NIRE sob o nº 26.9.0005304-0.

FILIAL MACEIÓ, situada à Rua José Soares Sobrinho, nº 119, sala 803, Empresarial Le Monde, Jatiúca, Maceió/AL, CEP 57036-646, inscrita no CNPJ sob o nº 12.707.105/0003-26 e na inscrição estadual sob o nº 24.072.844-0, o devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob o NIRE sob o nº 27.9.0008801-2.

FILIAL OLINDA, situada à Av. Presidente Kennedy, nº 1001, sala 216, bloco D – Peixinhos, Olinda /PE – CEP 53.230-630, inscrita no CNPJ sob o nº 12.707.105/0006-79, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE sob o nº 26.9.0052171-8.

PARAGRAFO TERCEIRO- A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

CLAUSULA TERCEIRA - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto prestação de serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação (6204-0-00); Implementação, Suporte, Manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (6209-1-00); Treinamento em Tecnologia da Informação (8599-6-03); Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicações e Serviços de Hospedagem na Internet (6311-9-00); Aluguel de Maquinas e Equipamentos para escritórios (7733-1-00); Comercio Varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (4751-2-01); Importação e Exportação de mercadorias e serviços (4614-1-00); Reparação e Manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (9511-8-00); Representação Comercial e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, e aeronave (9511-8-00), Fornecimento e Gestão de Recursos para terceiros (7830-2-00), todos estes ligados à Tecnologia da Informação.

PARAGRAFO ÚNICO- A sociedade desenvolverá suas atividades, conforme seus interesses, sendo permitida a sua participação em qualquer outro tipo de sociedade.

CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de **R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)**, sendo dividido em 204.000,00 (duzentos e quatro mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do país e assim divididas entre sócios.

NOME DOS SOCIOS	QUOTAS	%	VALOR
JOSE ALVES MUNIZ JÚNIOR	201.042	98,55	201.042,00
CARLA FERNANDA DE ALMEIDA MONTEIRO MUNIZ	2.040	1,00	2.040,00
LUCINDA MUNIZ	918	0,45	918,00
TOTAIS	204.000	100,00	204.000,00



PARAGRAFO PRIMEIRO – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento dos outros sócios, aos quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se posta a venda, formalizando-se a realização da cessão delas, a devida alteração contratual.

PARAGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

CLAUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E PRO LABORE

A administração da sociedade caberá ao sócio, **JOSE ALVES MUNIZ JUNIOR**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorizações dos outros sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO – O administrador poderá constituir procurador, outorgando-lhe poderes para a prática dos atos em que se exija a qualidade de representante legal da empresa. Constando da procuração, dentre outros necessários, os poderes de acordar, discordar, transigir, confessar e depor em juízo pessoalmente como representante legal da sociedade.

PARAGRAFO SEGUNDO – Na constituição de procurador será expressamente mencionado o limite de poderes do outorgado e fixado o prazo do mandato, que não poderá exceder a 12 meses, exceto quando se trata de poderes ad judicium ou para processos administrativos, nos quais o prazo coincidirá com fim da demanda.

PARAGRAFO TERCEIRO- Os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo, observando o limite estabelecido pela legislação do imposto de renda.

CLAUSULA SETIMA – DA DELIBERAÇÃO DOS SOCIOS

Ao término de cada exercício social o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário de estoques, das demonstrações contábeis exigidas em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

PARAGRAFO PRIMEIRO- Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre a aprovação das contas da administração, designarão administrador(es), se for o caso, e tratarão dos demais temas de interesse da sociedade.

PARAGRAFO SEGUNDO- Quando os sócios deliberarem em unanimidade, assuntos do interesse da sociedade, fica dispensada a realização de reunião, conforme previsto no art. 1.072 da lei 10.406/2002.

PARAGRAFO TERCEIRO- Os lucros apurados em balancetes intermediários poderão ser distribuídos aos sócios, sendo compensados com que houver sido apurado por ocasião do encerramento do exercício.



A sociedade não se dissolverá por morte, interdição ou retirada de quaisquer dos sócios, continuando com o(s) sócio(s) remanescente(s).

PARAGRAFO SEGUNDO – Por este ato determina-se, somente quando se fizer necessário, a regência supletiva desta sociedade pelo regramento pertinente à sociedade anônima, conforme permite o parágrafo único do art. 1.053, da lei 10.406/2002.

PARAGRAFO TERCEIRO- O uso do direito de recesso, a declaração judicial de incapacidade e a exclusão de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, desde que o sócio remanescente queira com ela continuar e promova o ingresso de um novo sócio na sociedade, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a legislação em vigor.

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Para qualquer divergência entre os sócios, fica eleito o foro da Cidade do Recife/PE, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de alteração contratual em 01 (uma) única via.

Recife/PE, 01 de dezembro de 2017.

JOSE ALVES MUNIZ JUNIOR

CARLA FERNANDA DE ALMEIDA MONTEIRO MUNIZ

LUCINDA MUNIZ



Mat. Elenida Silva
Instituto de Processos - Port. 004/2016
Unidade de Análise de Processos
2016

